

Pisando em ovos, abrindo caminhos: ecos da presença no controle social

Walking on eggshells, opening paths: echoes of presence in social control

Raquel Dickel¹, Angela Maria Müller², Lia Dauber³, Denise Heidi Süß⁴, Adriana Hashem Muhammad⁵ e Fernanda Dornelles Hoff⁶

Resumo: Este artigo apresenta a experiência de integrantes do Núcleo São Leopoldo da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, que integram o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de São Leopoldo/RS, no segmento “trabalhadores/trabalhadoras em saúde”. A metodologia empregada foi o Relato de Experiência, que viabiliza criar uma narrativa científica, resultante de um processo de cruzamento de saberes singulares e coletivos. Estes saberes, refinados dentro de um contexto social e cultural, possibilitam desenvolver novos sentidos para a realidade vivida, já que priorizam a complexidade das relações humanas e seus efeitos, apresentada em dimensão temporal e relacional. Primeiramente buscou-se, de forma breve, situar os conceitos de Estado Democrático

de Direito, controle social e Conselhos Municipais e suas funções. Na sequência, através da metáfora “pisando em ovos, abrindo caminhos” elaborou-se impressões sobre a presença implicada no CMS com o compromisso de produzir transformações e renovação com o cuidado necessário, que dá bordas, oferece limites e põe palavras e sentido onde ainda não há. A participação e representação da psicologia, enquanto categoria profissional no CMS, configura-se como uma importante contribuição na garantia de direitos, colaborando com a participação equitativa no controle social no campo das políticas públicas.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas públicas; Saúde coletiva; Controle social.

¹ Psicóloga Clínica. Pedagoga (UFSM). Especialista em Estimulação Precoce pelo Centro Lydia Coriat (PA) e em Psicoterapia de orientação psicanalítica (IPSI/NH). Sócia efetiva da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e Coordenadora do Núcleo de São Leopoldo gestão 2021/2022. Conselheira Municipal de Saúde pela SPRGS Núcleo de São Leopoldo onde coordena a Comissão de Educação Permanente. E-mail: dickelraquel@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista (UNISINOS/RS), pós-graduada em Cidades: Gestão Estratégica do Território Urbano (UNISINOS). Sócia da Sociedade de Psicologia do RS – Núcleo São Leopoldo, onde integra o Comitê de Políticas Públicas e da Rede de Conversas Lúdicas. Conselheira suplente no CMS/SL. E-mail: angel-m@uol.com.br

³ Psicóloga (UNISINOS/RS), Mestre em Psicologia da Saúde e Comportamento Social (UCDB/MS), Especialista em Psicologia Clínica e Avaliação Psicológica (CRP-14). Especialista em formação em Psicoterapia Psicanalítica com Ênfase no Pensamento de Winnicott, pelo Espaço Winnicott Brasília. Psicóloga da Rede de Atenção Psicossocial de Novo Hamburgo/RS de 2011-2017. Conselheira no CMS-SL/RS desde 2019 e membro efetivo da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul-Núcleo São Leopoldo, onde coordena a comissão de Saúde mental. E-mail: lia@dauber.com.br

⁴ Psicóloga Clínica pela UNISINOS. Pós Graduação em processos grupais pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupos. Conselheira Municipal de saúde pela SPRGS – Núcleo de São Leopoldo. E-mail: denisehsuss@gmail.com

⁵ Psicóloga Clínica. Especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia em Saúde. Conselheira Suplente do Conselho Municipal de Saúde de São Leopoldo pela SPRGS – Núcleo de São Leopoldo. Email: adrianahashem@gmail.com

⁶ Psicóloga e Psicanalista. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Conselheira da SPRGS e Conselheira de Saúde de São Leopoldo – Núcleo de São Leopoldo. Fundadora grupo Rede de Conversas Lúdicas. E-mail: fernandadh@gmail.com

Abstract: This paper presents the experience of members of the São Leopoldo Nucleus of the Psychological Society of Rio Grande do Sul, who have been part of the City Health Council from São Leopoldo/RS, in the “healthcare workers” segment. The methodology used a report of experience aiming to create a scientific narrative, result of a combined individual and group knowledges process. Knowledge, refined in a social and cultural context, make it possible to develop new meanings for the experienced reality as it prioritizes the complexity of human relations and their effects, presented in temporal and relational dimensions. First, we tried to briefly situate the Democratic State of Law, Social Control and City Councils and their functions. Then, through

the metaphor “walking on eggshells, opening paths”, we elaborated the impressions about our engaged presence in the City Health Council. Our commitment was to produce transformations and renewal with the necessary care, which gives boundaries, offers limits, and puts words and meaning where there still isn’t any. The participation and representation of psychology as a professional category in the Municipal Health Council is configured as an important contribution to guarantee rights, collaborating with equitable participation in social control in the field of public policies.

Keywords: Psychology; Public policies; Collective health; Social control.

Introdução

O presente trabalho diz respeito a uma experiência de participação da Psicologia, enquanto categoria profissional, no controle social. Apresentamos aqui a vivência de seis profissionais do Núcleo de São Leopoldo, que representam a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS) no Conselho Municipal de Saúde (CMS) de São Leopoldo, no segmento “trabalhadores/trabalhadoras em saúde”.

Uma característica essencial de nosso trabalho é o de ser realizado coletivamente. As três titulares e suas respectivas suplentes participam das reuniões do CMS e um estagiário da Sociedade acompanha os trabalhos. Desse modo, construímos conjuntamente esta escrita a fim de compartilhar a experiência de participação nas plenárias e comissões do CMS, destacando nosso protagonismo nos tempos da pandemia.

Entendemos, na medida em que escrevíamos esta narrativa, a relevância de fundamentar nosso fazer. Por isso, trazemos inicialmente conceitos que foram construídos com muita luta, por inumeráveis atores sociais e sem os quais não haveria espaço para o controle social. Sendo assim, discorremos brevemente sobre Estado Democrático de Direito, Controle Social e Conselhos Municipais e suas funções.

Diante da importância de nos apresentarmos, para que pudéssemos falar de nossa posição no CMS, algumas imagens e ideias emergiram em nossa escrita, sendo elas: a metáfora de pisar em ovos e o conceito de presença implicada. Por fim, ao fazer o percorrido de nosso caminho, identificamos o quanto a psicologia pode contribuir nas políticas públicas.

Estado Democrático de Direito e o controle social

A Constituição Federal (Brasil, 1988) foi uma conquista dos movimentos sociais e dos setores da sociedade que almejavam mudanças e uma nova forma de governança do país. O documento, também conhecido como Constituição Cidadã, é o resultado do processo de redemocratização do país após 1985 e garantiu a ampliação de direitos sociais e políticos dos brasileiros.

A participação popular foi muito intensa e fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político (Brasil, 1988).

O Estado Democrático de Direito caracteriza-se, principalmente, pela soberania popular e, para tal, é fundamental o exercício da cidadania. A palavra cidadania origina-se do latim *civitas* que significa cidade. No passado, era denominada cidadã a pessoa que vivia na cidade e tinha um conjunto de direitos e deveres a cumprir. Esse rol de normas era denominado cidadania (Pena, n.d.).

Atualmente, a definição de cidadão está além das fronteiras urbanas e inclui todos os moradores de um território, seja município, estado ou país. O mesmo ocorre com o termo cidadania, pois não se trata somente de direitos e deveres, mas de participação ativa na proposição de políticas públicas e de controle das ações do Estado, entre outras possibilidades. O direito de intervir nas políticas de Estado passa a ser exercido através de mecanismos de controle social (Pena, n.d.).

Designa-se controle social a prerrogativa da sociedade em regular as ações do Estado e compartilhar com este o poder de decisão nos processos de definição, fiscalização, execução e avaliação de políticas públicas, bem como na aplicação dos recursos financeiros (Teixeira & Serafim, 2008).

Dado o novo contexto, a participação da sociedade concretizou-se com a criação dos conselhos de direitos, órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, regulamentados por leis complementares a Constituição Federal, como por exemplo, a Lei Orgânica da Saúde (LOS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto das Cidades (Teixeira & Serafim, 2008).

Estrutura e organização dos Conselhos

Os Conselhos existem nas três esferas de governo, ou seja, federal, estadual e municipal e são organizados da seguinte forma:

1 – Diretoria executiva, composta pela Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Executiva (Medeiros, 2018).

2 – Plenário ou Colegiado, do qual fazem parte os Conselheiros e a Diretoria Executiva. É o órgão colegiado de deliberação máxima do Conselho. Reúne-se uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário. Segue um Regimento Interno, que estabelece que o quórum para deliberações deve ser de 50% +1, ou seja, ter a presença da maioria de conselheiros (Medeiros, 2018).

Os assentos do Conselho são compostos por titulares e suplentes, que representam os segmentos participantes da temática, ou seja, Gestão de Governo, Trabalhadores (categorias profissionais específicas da temática) e Usuários da rede de serviços públicos (entidades da sociedade civil). O suplente ocupa assento quando o titular está impossibilitado de participar da plenária (Medeiros, 2018).

As plenárias são públicas e abertas à participação da comunidade, inclusive com direito à voz. No entanto, o voto para aprovação ou não de uma proposta é restrito aos conselheiros (Medeiros, 2018).

3 – Comissões Permanentes Temáticas e Grupos de Trabalho:

As Comissões Temáticas possuem o caráter permanente, com a função de discutir e monitorar as questões relacionadas às normas e ao cumprimento de ações específicas de cada política pública pelos gestores e as redes de serviços públicos. Por exemplo, num Conselho de Saúde existe a Comissão de Fiscalização e Orçamento, a Comissão de Saúde Mental, a Comissão de Saúde da Mulher, etc. (Medeiros, 2018).

Grupos de Trabalho, tem o caráter temporário e são formados quando há necessidades específicas como, por exemplo, a realização de conferências públicas, assembleias, seminários, etc. Os Atos Administrativos de um Conselho são o Regimento Interno, conjunto de normas administrativas que orienta o funcionamento deste, e a Ata, que é o documento de registro obrigatório e tem valor legal após lavrada e aprovada pelo plenário (Medeiros, 2018).

Os Conselhos são constituídos de acordo com a temática da política pública, por isso existem vários. Muitos têm interfaces entre si, como por exemplo, os conselhos que tratam de políticas sociais (saúde, assistência social, habitação, segurança alimentar, criança e adolescente, idoso, segurança pública, etc); garantia de direitos (combate à discriminação e promoção de direitos LGBTQIA+, direitos da mulher, etc.); desenvolvimento econômico (aquicultura e pesca, desenvolvimento rural sustentável, etc.), infraestrutura e recursos naturais (cidades, meio ambiente, etc.), para citar alguns grupos (IPEA, 2013).

A partir do exposto, é possível compreender a importância e ter uma noção da origem, o que são e como funcionam os Conselhos. Na sequência, passaremos a tratar de um conselho cuja temática é a política pública em saúde. Para tanto, abordaremos nossa experiência no Conselho Municipal de Saúde de São Leopoldo/RS.

Metodologia

Nossos passos metodológicos partem de algumas questões epistemológicas. Iniciamos com a reflexão de Campilongo (1995), que nos coloca que para Saussure (citado por Campilongo, 1995, p. 6), “o ponto de vista cria o objeto”. Para ela, as diferenças de enfoque não se constituem enquanto diferenças empíricas ou teóricas, na medida em que o objeto é construído no próprio exercício da atividade e que evidencia diferentes formas de relacionamento entre sujeito e objeto. Todo o objeto constitui-se numa relação social.

Bachelard (citado por Campilongo, 1995, p. 7) diz que vemos na história da ciência a produção de uma dicotomia no pensamento, que situa determinismo e indeterminismo em lados opostos. Para ele, o determinismo trabalha com a ideia de unidade, que parte da observação imediata. Nessa perspectiva, leva-se mais em conta a forma do que a trajetória e acaba se estabelecendo uma hierarquia, um sentimento de ordem fundamental, na qual se reconhece o fenômeno, o que não é a mesma coisa que conhecer, pois parte da ideia de que para cada causa existe um efeito.

Por outro lado, ao indeterminismo associa-se a ideia de pluralidade. Nele um fenômeno afirma-se pelo que é e pelo que não é. Opera-se através de “hipóteses de trabalho”, que são fundamentalmente, especulativas e conjecturais.

Campilongo (1995, p. 10) relata que, para Canguilhem, a construção dos conceitos passa por várias etapas e é através da experimentação e da análise que se colocam novas dimensões nos fatos. Refere que seu primeiro pressuposto epistemológico, afirma que para atuar é necessário, ao menos, localizar-se. Ele complexifica, no entanto, a noção de localização, usando a relação saúde/doença como exemplo. “A enfermidade não está em alguma parte do homem. Está em todo homem e lhe pertence por inteiro. As circunstâncias exteriores são ocasiões e não causas. É sobre elas que se debruçam os diferentes olhares, que se criam os diferentes saberes”

Esse entendimento nos permite começar a vislumbrar uma nova noção de observação. Partindo da saúde e da doença, como exemplo, deixamos de ver pontos de descontinuidade, para observarmos as várias faces de uma mesma realidade. E a partir do olhar que entramos no campo discursivo. “A epistemologia é um sistema de conceitos críticos e normativos que questiona, através da filosofia, as vias e os meios de produção de conhecimento” (Campilongo, 1995, p. 13).

Campilongo (1995) aponta que as questões epistemológicas do fazer científico subordinam-se ao fazer político, principalmente no campo da saúde coletiva. Ensina que, certos discursos e representações da ciência reforçam relações de poder no campo político e social, como por exemplo, o conceito de neutralidade como representante de um conhecimento superior, privilegiado e único válido.

As questões epistemológicas também possibilitam identificar nosso posicionamento, que está em consonância com uma epistemologia da saúde coletiva e dialoga com a ética da história que define a cada momento o próprio discurso filosófico, nos remetendo a práticas que alteram as relações de saber/poder.

Propusemo-nos a compartilhar nossas experiências vivenciadas, com a condição de que permitiríamos pontos de abertura em nossa narrativa e que sustentaríamos uma análise crítica e reflexiva do nosso fazer. Não pretendíamos ser superficiais, nem apresentar uma excessiva discussão bibliográfica, mas contribuir com a produção de conhecimento da participação no controle social, entendendo que o conhecimento emerge em contextos metodológicos.

Aqui, em consonância com a ideia de Capozzolo, Imbrizi e Liberman (2013, p. 64 citado por Mussi, Flores e Almeida, 2021) reafirmamos que “não se pode aprender pela experiência do outro, a não ser que essa experiência seja revivida e tornada própria”. Para tanto, apresentamos o Relato de Experiência, enquanto escolha metodologia para este artigo.

No Relato de Experiência (RE) o sujeito é operador ativo do conhecimento, sem a enganosa busca pela neutralidade, desdobrada em frases de voz passiva (Daltro e Faria, 2021). Assumimos o gesto que afirma a singularidade de

nossa experiência, que age e interage, afirmando a participação ativa que vivenciamos no contexto do controle social.

Daltro e Faria (2021) compreendem o RE como um processo singular que tem seu resultado conhecido pelo que vem depois da experiência, como efeito de algo que impactou. Estes autores se amparam no sentido psicanalítico do termo a posteriori ou *après-coup*.

Aqui, nossos esforços são de encadeamento de memórias e ideias, que visam a elaboração do acontecido. Nos deparamos com inúmeras possibilidades de narrar, uma vez que os acontecimentos atravessaram vários corpos antes de alcançarem a escrita. Uma obra escrita a várias mãos têm a potência dos afetos plurais, posto que nela se atravessam múltiplas vivências e uma constelação de códigos de linguagem. Neste nós, que escreve e se inscreve, resta uma tentativa intranquila e impossível de síntese. Dessa forma, rompemos com a ideia de um só ponto de vista. Neste sentido, nossa obra é um trabalho de linguagem.

Como nosso processo de escrita realizou-se no *après-coup* e usufrui de um tempo de decantação, nossa experiência não se coloca como totalizante, pois nela permanece o vínculo com o momento do acontecimento e com o tempo da elaboração. Visamos, colaborar com o avanço teórico da temática do controle social, cultivando o conhecimento no território da saúde coletiva, numa prática de elaboração ativa, construída em diferentes tempos. Sendo assim, seguindo Daltro e Faria (2021), conjugamos aqui o ‘acervo associativo agindo processualmente’ para, finalmente, ‘apresentar algumas das compreensões a respeito do vivido’.

O RE como uma construção científica circunscreve o posicionamento do pesquisador político, epistemológico e temporal, mas envolve também seu mundo interno exposto e em troca com o seu meio. Do seu lugar de fala e, na fala narrada, demonstra também seus encontros com as unidades que lhe são anteriores, como, por exemplo, a economia e a geopolítica que o circundam. Essas unidades serão tomadas enquanto elemento crítico, essa troca aciona sua forma de narrar seu *ethos* com as suas respectivas possibilidades e responsabilidades analíticas. Dessa maneira, nunca o RE poderá se estabelecer como universal, replicável ou passível de validação pois, naquilo que localiza seu território discursivo, ele mesmo estará alinhado às produções que compreendem o conhecimento visto nas territorializações que dão-se a ver (Daltro e Faria, 2021, p. 231).

Em nosso RE, a convocação de elementos identitários, revela nosso espaço de pertencimento enquanto sujeito que fala. Esses elementos são necessários, na medida em que subsidiam a legitimidade da narrativa. Neste sentido, ao invés de criarmos um ponto de vista, o conhecimento surge enquanto ato político, capaz de suportar paradoxos e se coloca como ferramenta político/social (Daltro e Faria, 2021).

Circunscrevemos nosso campo nas áreas da psicologia, das políticas públicas e do controle social. O que nos motivou a este trabalho foi uma constatação a que chegamos ao circularmos nos espaços de controle social. Chamou nossa atenção, o pequeno número de colegas/os psicólogas/os nos espaços referidos. Entendemos que nos cabia fazer algo a respeito, na tentativa

de mudar esta realidade e consideramos apresentar nossa experiência, como uma forma de contribuição, no importante diálogo, sobre o papel da psicologia no controle social e nas políticas públicas.

O período que aqui abordamos não tem uma data inicial cronológica, pois refere-se à experiência vivenciada pelas Conselheiras de Saúde, que representam a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e que, ao assinar esta fala, trazem consigo a herança das que anteriormente trilharam e pavimentaram este caminho.

O Conselho Municipal de Saúde ao qual nos referimos, localiza-se na cidade de São Leopoldo. Detentor do título “Berço da Colonização Alemã” no Brasil, o Município de São Leopoldo situa-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. O município possui uma área territorial de 103.009 km², distribuídos em 24 bairros e sua população é estimada em 240.378 pessoas (IBGE, 2010).

No *ranking* estadual, ocupa o 13º lugar em saneamento básico, sendo que 92,9% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado e o 12º lugar como Município em que os domicílios (68,4%) localizam-se em vias públicas adequadas (bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Na comparação com os 5570 municípios do país, São Leopoldo está na 293ª e 109ª, respectivamente (IBGE, 2010).

Além disso, o Município possui uma economia forte, tendo um parque industrial e um setor comercial bastante diversificados. Ocupa a 6ª posição no *ranking* do PIB gaúcho, de acordo com o Jornal do Comércio (São Leopoldo, 2021). O destaque é o setor de máquinas e equipamentos e o Parque Tecnológico — Tecnosinos. No âmbito da Educação, sedia a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e as Faculdades EST (São Leopoldo, 2022b).

Interessante destacar a criação do curso de Medicina pela UNISINOS, em 2017, o que permite novas perspectivas para a saúde municipal. Além de atrair empresas de tecnologia e equipamentos do setor de saúde, os graduandos poderão participar do atendimento em saúde como residentes. Além disso, a Universidade tem um programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica e de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental, que tem por objetivo formar profissionais de saúde com competências técnicas, éticas, políticas, na modalidade ensino em serviço, para atuar na Atenção Básica, tendo como base os princípios e as diretrizes do SUS e às demandas da sociedade. Este programa é realizado em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Leopoldo e a Secretaria de Saúde do município de Sapucaia do Sul (São Leopoldo, 2022).

O Conselho Municipal de Saúde de São Leopoldo teve, a partir da Portaria 118.113 de 11/11/2021 (São Leopoldo, 2021), a nomeação de seus membros para o biênio 2021/2023. Foram 12 entidades no segmento Usuários, 3 entidades no segmento Prestadores de Serviço, 3 entidades no segmento Trabalhadores — sendo a SPRGS representada por 3 conselheiras e 3 suplentes, e por fim 3 entidades do segmento Gestor. Totalizam 50 conselheiros e suplentes: 24 Usuários, 6 Prestadores de Serviços, 14 Trabalhadores, 6 Gestores.

O CMS-SL possui uma página no site da prefeitura e uma sede no Centro de Especialidade Capilé, na rua Conceição, 797, 3º andar (São Leopoldo, 2022a). No momento, a sede possui uma sala que funciona como o escritório administrativo do Conselho. Não há um espaço físico para as Plenárias, que desde a pandemia funcionam na modalidade Online. As Plenárias ocorrem na segunda e na quarta, quarta-feira do mês às 18h. O Conselho também

possui comissões e grupos de trabalho, com encontros regulares, onde cada comissão tem seu próprio regimento e sua forma de funcionar. O Conselho também possui uma mesa diretiva da qual uma de nossas colegas faz parte.

A experiência que aqui narramos se refere a nossa participação como Conselheiras de Saúde. Como tais, participamos das plenárias, das comissões de Educação Permanente, Saúde Mental e Prevenção da Criança e Adolescência e da mesa diretiva.

Em nossa vivência buscamos participar de forma ativa buscando fazer intervenções que potencializem a participação equitativa dos integrantes do Conselho, que vem de diferentes contextos, mas que têm um objetivo em comum: exercer o 'real poder da população' de fiscalizar recursos, formular planos e implementar políticas.

Quem somos

Desde o ano de 2005, a SPRGS integra o CMS de São Leopoldo/RS e, atualmente, ocupa três assentos no segmento "trabalhadores/trabalhadoras em saúde". Além das três titulares e suas respectivas suplentes, um estagiário da Sociedade acompanha os trabalhos.

Aprendemos muito sobre políticas públicas, democracia, equidade e cidadania, mas, também, podemos contribuir com o tipo de presença que estabelecemos. Portanto, esse é um espaço importante para os profissionais da Psicologia.

Para esta escrita, pensamos na metáfora "pisando em ovos" para falar da nossa experiência neste espaço. Não é à toa que pensamos nessa alegoria, pois o ovo representa vida e o Conselho de Saúde é um espaço composto por vidas diversas. Não só pelas representações por segmentos, como Usuários e Trabalhadores, mas também porque apresentam posicionamentos diferentes frente às temáticas apresentadas nas reuniões do Conselho, além do modo de pensar e de se expressar de cada pessoa que integra este espaço.

A diferença é uma grande potencialidade, mas também um desafio. Recorremos ao pensamento de Figueiredo (2000), que nos apresenta o conceito de presença implicada, considerando que esta presença ora se expressa de forma mais direta e ativa e ora de forma mais reservada. Ao fazermos esta dança entre diferentes tipos de presença temos o movimento, o passo. Afinal, pisar é parte do movimento para deslocar-se e leva, consequentemente, à presença implicada, que não é exercida de qualquer jeito. Há que se ter cuidado, "pisando em ovos", mas também, em certas circunstâncias, poder quebrá-los. Sim, ovos são quebrados. Mas o que queremos dizer com isso?

Ovos que não são quebrados, apodrecem, vidas morrem. Ovo é vida e só pode ter movimento de vida e transformação se tiver como quebrar sua casca, sem perder seu conteúdo.

Portanto, os ovos são quebrados, ou seja, decisões precisam ser tomadas. Há projetos propostos e avaliados, há concordâncias e divergências. É preciso atenção para que essa dissensão seja realizada em ambiente de cuidado, a fim de que tenhamos a preservação e manutenção da vida, direito fundamental de todo ser humano.

Dessa forma, colaboramos com o movimento de produzir transformação e renovação. Nosso papel, pensamos ser de construção diária buscando compreender aquilo que ameaça a quebra dos ovos e, também, de pensar sobre a

dinâmica do processo para fazer das sobras um bom recurso para alimentar a marcha e seguir adiante, dando bordas, oferecendo limites e pondo palavras e sentido onde ainda não tem.

Compartilhando algumas experiências

Denominamos como plenárias as reuniões nas quais todos/as os/as conselheiros/as se encontram. Elas são um espaço de extrema importância para votações e discussões. Junto com os demais integrantes do Conselho, participamos de espaços menores, nos quais se torna possível ter maior interação e discussão de temáticas específicas. Estamos nos referindo às diversas comissões que se organizaram desde 2019, para que o Conselho pudesse se fazer efetivo em diversas frentes. Estamos presentes nas Comissões de Educação Permanente, na Comissão da Infância e Adolescência, na Comissão de Saúde Mental e na Mesa Diretora.

Antes da pandemia, nos encontros presenciais, integramos o grupo que propôs algumas mudanças para as reuniões, de forma que os participantes pudessem estar sentados em roda, identificados, para que todos/as pudessem se ver e se chamar pelo nome, respeitando a vez e voz de cada pessoa.

Durante a pandemia de Covid-19, as reuniões precisaram ocorrer de forma online. Diante disso, somou-se ao desafio referido, o aprendizado do uso de tecnologias específicas para que conseguíssemos realizar as reuniões com a participação de todos/as (uso da plataforma, forma de se comunicar, de ver e ser visto, etc.).

Enquanto profissionais da Psicologia, nos incumbimos de dar suporte ao aprendizado e de reassegurar, neste espaço, uma escuta que acolhe conflitos e divergências de opiniões, garantindo um espaço de equidade, a fim de que os/as participantes das plenárias pudessem expressar-se e contribuir nas discussões com sugestões e ideias. Assim como na clínica, auxiliamos o grupo a zelar pelo enquadre, ou seja, pelo espaço físico e emocional dos encontros.

Dessa forma, ficou evidente que outras regras precisavam ser definidas para garantir que os trâmites legais da plenária fossem realizados, como o registro da presença no *chat* da plataforma, com indicação da entidade e o respectivo segmento representado; a necessidade de abrir ou não as câmeras; os microfones ligados para falar e desligados quando o outro se manifesta; garantir a gravação das manifestações dos participantes durante a plenária para transcrição posterior da ata, que seria lida e aprovada na plenária seguinte.

Enquanto integrantes da Comissão de Educação Permanente, assumimos a tarefa de, em cada plenária, lembrar das regras de respeito e convivência, ou seja, lembrar das bordas para dimensionar "as pisadas e a fragilidade dos ovos" no espaço, entre o que se produz, se questiona e, também, o que aparece como mal-estar, mesmo que ainda não tenha se transformado em questão.

Essas experiências deram origem à Comissão de Políticas Públicas no Núcleo São Leopoldo da Sociedade, espaço institucional no qual podemos discutir, enquanto integrantes do grupo, como percebemos e somos afetadas nesta participação no Conselho.

Considerações finais

O que tem marcado a experiência de integrar o Conselho Municipal de Saúde, enquanto representantes da SPRGS, é constatar a potencialidade deste

espaço de exercício de cidadania, que é pautado pela Constituição e considerar que ele precisa ser valorizado e reassegurado.

Entendemos que fazer parte dos Conselhos é sempre um grande desafio, enquanto profissionais da Psicologia. Temos, a partir da formação universitária, habilitação para trabalhar com políticas públicas, o que não ocorria em tempos passados. Entretanto, ainda há necessidade de maior formação e de preparo mais aprofundado para melhor integrar estes espaços.

Identificando que esta necessidade não seria só dos psicólogos, formou-se, por iniciativa das representantes da SPRGS que nos precederam, a Comissão de Educação Permanente do CMS/SL. A Comissão tem como objetivo: entender os processos de trabalho, o funcionamento da rede pública; os processos de gestão; o olhar ao sujeito como um todo, com suas individualidades e diferenças; as linhas de cuidado já estruturadas; os diferentes dispositivos que exigem conhecimento para maior compreensão quanto às dinâmicas do controle social, permitem um acompanhamento crítico e vigilante das ações e projetos que chegam ao Conselho para serem considerados e discutidos.

Conhecer os dados demográficos do município e a história do Conselho desde sua criação também se faz importante, pois permite que se possa entender os ecos do que foi vivido até então nesse espaço, na dinâmica dos processos de trabalho atuais e suas repercussões, entraves e resistências para a execução das tarefas.

Constatamos, cada vez mais, que a Psicologia tem muito a contribuir no âmbito das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à compreensão da dinâmica dos fenômenos psíquicos, tanto para a saúde individual quanto às dinâmicas grupais, promovendo leituras e diálogo respeitoso e diplomático nestes espaços. Há que se pisar em ovos com cuidado, mas, também, promover posicionamentos refletidos, mesmo em meio a circunstâncias adversas, que possam fazer eco e reverberar no sentido do movimento, produzindo transformação e renovação.

Referências

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Campilongo, M. A. (1995). Questões epistemológicas nas disciplinas de saúde. *Cadernos de Sociologia*, 7, 5-16.
- Daltro, M. R.; Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2000). Presença, implicação e reserva. In Figueiredo, L. C. *Ética e técnica em psicanálise*. (pp. 09-62). São Paulo: Escuta.
- IBGE. (2010). *Cidades. São Leopoldo. Panorama*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-leopoldo/panorama>
- IPEA. (2013). *Conselhos Nacionais perfil e atuação dos conselheiros: Relatório de pesquisa*. Brasília, DF: IPEA. https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf
- Medeiros, J. (2018, 19 de julho). *Controle social: a importância dos Conselhos de Direitos na formulação e controle das políticas públicas*. Gesuas. <https://blog.gesuas.com.br/controle-social-a-importancia-dos-conselhos-de-direitos/>

- Mussi, R. F. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
- Pena, R. A. (n.d.). *O que é cidadania? Brasil escola*. <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>
- São Leopoldo passa a ser a sexta economia do RS pelo PIB. (2021, dezembro 22). *Jornal do Comércio*. https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/12/825858-sao-leopoldo-passa-a-ser-a-sexta-economia-do-rs-pelo-pib.html
- São Leopoldo. (2021). Prefeitura Municipal. *Portaria n. 118.113*. Documento em PDF.
- São Leopoldo. (2022a). Prefeitura Municipal. *Conselho Municipal de Saúde*. https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Portal%20Transpar%EAncia&template=hotSite&categoria=391&codigoCategoria=391&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO&idConteudo=4817
- São Leopoldo. (2022b). Prefeitura Municipal. *São Leopoldo hoje*. https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Turismo&template=conteudo&categoria=464&codigoCategoria=464&idConteudo=2989&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO
- Teixeira, A. C. & Serafim, L. (2008, agosto). Controle social das políticas públicas. *Repente: Participação Popular na Construção do Poder Local*, 29. <https://polis.org.br/publicacoes/controle-social-das-politicas-publicas/>